

Português como língua não materna

A. Soares

Mais ou menos familiarizados com a discussão à volta da designação “Português Língua Não Materna”, do mesmo modo que dizemos Português Língua Materna ou Português Língua Segunda ou Português Língua Estrangeira, parece-me feliz o convite da direcção da revista “Proformar online” dirigido à reflexão sobre “o Português como língua não materna”. O “como” faz toda a diferença, fala de modos e meios, denuncia a preocupação das escolas e dos seus docentes relativamente ao “como” fazer para resolver o problema de tão grande importância que é a presença nas nossas escolas de milhares de alunos falantes de outras línguas que demandaram o sistema educativo português, em busca da escolaridade interrompida, nos países de origem, por terem de acompanhar os pais, na sua grande maioria deslocados para Portugal por motivos de carácter sócio-económico.

De facto, o problema, chamemos-lhe assim, que não é novo, acentuou-se na última década do século passado e tímido e lento foi o reconhecimento de que estávamos perante o enorme desafio de acolher nas nossas escolas crianças e jovens falantes de outras línguas maternas que não o português, pertencendo a culturas diferentes e mais ou menos distantes da nossa. Mais vagarosa ainda foi a resposta do sistema educativo português a esse mundo de necessidades que irrompia no quotidiano das escolas.

Mas, a resposta institucional veio e revela-se hoje em dia numa rica variedade de práticas orientadas para o acolhimento e a escolarização de alunos de proveniências muito diversas (por nacionalidades, o número é de dezenas nalguns agrupamentos), que enchem as escolas de um pluriculturalismo, que, se por um lado, faz redobrar os problemas, a

verdade também, por outro, é que exige e reforça a atenção de toda a comunidade educativa e elevados níveis de profissionalismo dos docentes, enquanto principais autores da integração e do sucesso escolares desses alunos.

Essa resposta institucional, a que se atrás se faz referência, é enquadrada por um conjunto de linhas de orientação para a acção, que decorrem da análise qualitativa e também quantitativa da situação nas escolas portuguesas, no que toca às populações de crianças e jovens falantes de outras línguas que não o português. A essas orientações acrescenta-se aparelho legislativo que procura dar suporte legal às acções das escolas e dos agrupamentos.

Destacamos dois documentos, cuja consulta parece, naturalmente, de aconselhar. Trata-se dos documentos que integram o conjunto “Português Língua Não Materna no Currículo Nacional”, da responsabilidade do Ministério da Educação – Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, nomeadamente, o Documento Orientador e os Perfis Linguísticos, acessíveis no sítio desta Direcção-Geral.

Na impossibilidade de detalhar todo o conteúdo dos documentos destacados, o que tão pouco seria necessário (os /as interessados/as poderão consultar esses textos e organizar e participar em reuniões de reflexão sobre os mesmos), convidamos a reflectir sobre algumas questões que se revelam interessantes, pelo facto de poderem ir ao encontro das preocupações dos docentes e dos intervenientes nos processos de acolhimento e de escolarização dos alunos que vão chegando às nossas escolas.

Referimo-nos à análise de cada situação concreta, a qual passa por conhecer os públicos de aprendentes, o seu universo familiar em matéria

linguística e cultural e o maior grau de aproximação/afastamento das suas línguas maternas em relação à língua portuguesa.

Da análise da situação das escolas, reconhecem-se, por um lado, quatro grupos de alunos, em função da origem e da língua dos pais:

- alunos cujos pais têm o português como língua materna (caso dos brasileiros e de alguns africanos);
- filhos de estrangeiros para quem o português é uma língua estrangeira até à chegada a Portugal (procedentes de países em que o português não é língua oficial);
- filhos de africanos, de países em que o português é língua oficial e têm como língua materna uma língua africana (encontram-se neste caso filhos de angolanos e moçambicanos);
- alunos cujos pais provêm de países em que o português é língua oficial e têm um crioulo como língua materna (estão neste caso os filhos de cabo verdeanos, guineenses e são-tomenses).

A este critério, cujo interesse é inegável na relação da escola com a família e na prestação linguística do aluno, portanto na consideração das suas dificuldades de integração também, acrescenta-se um outro que distribui os alunos de acordo com a sua relação com a língua portuguesa e com o uso que dela fazem.

Para além dos alunos para quem o português sempre foi língua materna e de uso na escola e na família, e que põem problemas a que a escola tradicionalmente costuma recorrer, mesmo contando os que decorrem do uso do Português Brasileiro, outros casos há que requerem medidas especiais, no apoio à inclusão:

- alunos para quem o português não é língua de comunicação fora do ambiente escolar;

- alunos filhos de emigrantes portugueses recém-chegados a Portugal, para quem o português é língua materna, mas não foi sempre língua de comunicação;
- alunos que têm como língua materna um crioulo de base lexical portuguesa ou uma variedade não escolarizada do português;
- alunos que tiveram na primeira infância uma língua afastada do português, em dado momento abandonada e substituída por uma variedade não escolarizada do português, caso em que se encontram muitos dos refugiados que tiveram as cidades de Angola e de Moçambique como refúgio de guerras.

Um tal conhecimento ajuda á caracterização dos públicos de aprendentes, contribuindo para a organização de um apoio em língua a prestar aos alunos que dele carecem para integrarem o currículo geral nas melhores condições de sucesso. Por sua vez, o diagnóstico de competências em língua ajudará à organização de grupos de nível de proficiência em língua portuguesa. O Documento Orientador refere três níveis, indexados aos níveis do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: iniciação (A1, A2); intermédio (B1) e avançado (B2, C1).

O apoio em língua portuguesa, a que atrás se faz referência, é um apoio em português língua segunda e dele devem beneficiar todos os grupos de alunos das categorias mencionadas, excepto, claro está, aqueles que têm o português como língua materna, mesmo que se trate do português brasileiro. Neste último caso, haverá que ter o cuidado nas aulas de língua portuguesa como língua materna em corrigir aquelas realizações que estariam reconhecidamente incorrectas de acordo com a própria norma do português brasileiro.

O apoio em português língua segunda deverá ser assegurado igualmente aos filhos de emigrantes portugueses regressados a Portugal. De facto, embora o português seja a sua língua materna, mas nem sempre a língua de comunicação entre pares, poderá dar-se o caso de a sua competência não ser a necessária e suficiente para seguir o currículo nacional. Estudos recentes, no âmbito do ensino do português no estrangeiro a crianças e jovens filhos de portugueses e de luso-descendentes revelam, com alto grau de frequência, grandes lacunas nas competências em língua portuguesa.

Todos os demais grupos de alunos considerados, falantes de línguas maternas que não o português (dele geneticamente próximas ou afastadas) deverão ter um apoio reforçado em língua portuguesa como língua segunda.

O diagnóstico a efectuar, em ordem à distribuição dos alunos pelos níveis de aprendizagem atrás referidos (de A1 a C1), contemplará todas as competências em língua portuguesa, com especial atenção à compreensão do oral, competência que terá de ser especialmente trabalhada e adquirida pelo aluno, de modo a facilitar o acesso ao currículo geral. Para a verificação do nível de proficiência em língua portuguesa é de todo o interesse, entre outros instrumentos de diagnóstico, o recurso ao Portefólio Europeu. Uma vez em condições de seguir as actividades curriculares dos demais alunos, o apoio deveria continuar a ser prestado, para que a proficiência se aproxime da de um falante de português língua materna.

Ao falar-se de currículo geral, tem-se em mente o carácter veicular da língua portuguesa e a sua transversalidade no currículo. Por isso, e muito justamente, os Documentos da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, em matéria de português língua não materna, colocam ênfase no carácter multidisciplinar das equipas de docentes que se

defrontam com os problemas de inclusão das crianças e jovens de outras línguas e culturas chegados às nossas escolas. A língua é veículo de aprendizagens, factor de sucesso e de inclusão e, como tal, deve ser assunto e preocupação de todos os docentes.

Por último, mas não menos importante, refira-se a formação de docentes em língua portuguesa como língua não materna, a qual ajudará a criar instrumentos de diagnóstico, de práticas de ensino e de aprendizagem (de elaboração de materiais adequados e da opção pelas melhores metodologias, por exemplo) e de avaliação. Em matéria de formalização dos resultados da avaliação destes alunos, procurar-se-á seguir o que a legislação aplicável determina, sendo certo que nenhum aluno de português língua não materna deverá ser objecto de atitudes paternalistas e frustrantes: uma vez de posse das competências em língua para integrar os processos de ensino-aprendizagem do currículo geral, o grau do seu êxito será medido com os mesmos instrumentos e escalas dos seus colegas que têm o português como língua materna.

As decisões que forem sendo tomadas, ao longo do processo de aquisição de um nível de proficiência em língua, considerado o necessário para a frequência com sucesso do currículo geral, sê-lo-ão de forma profissionalmente eficaz e gratificante para todos os intervenientes no acolhimento e escolarização dos alunos que beneficiam ou venham a beneficiar da sua inserção nos grupos de nível de proficiência em língua portuguesa como língua não materna.

O que aqui se regista é uma abordagem forçosamente genérica, que poderá constituir uma introdução ao tratamento de aspectos específicos e ser objecto de formação de programas de formação dos intervenientes no processo de acolhimento e de ensino-aprendizagem de português língua não materna. Os grandes temas de formação, passíveis de concretização em

conteúdos vários, sugeridos pelo Documento Orientador poderão constituir uma boa base para elaborar um programa de formação. São eles: formação intercultural, formação em linguística do português, formação em aprendizagem e ensino do Português como Língua não Materna; e avaliação das aprendizagens dos alunos.